

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004788-06.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **JHONATAS NUNES LOPES**  
 Requerido: **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Vistos**

**JHONATAS NUNES LOPES** ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** em face de **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS S/A**, ambas nos autos devidamente qualificadas.

Alegou, em síntese, que em 25/07/2012 sofreu acidente de trânsito e, consoante relatório médico, teve sequelas graves. Pediu a procedência da presente ação com a condenação da requerida ao pagamento de R\$ 13.500,00.

A inicial veio instruída com os documentos.

Devidamente citada, a requerida apresentou defesa às fls. 37 e ss pleiteando a substituição do polo passivo e que seja a ação apensada ao processo nº 1006387-77.2014, em trâmite perante a 2ª Vara Cível local. No mérito, argumentou que não há invalidez permanente a justificar o pagamento da indenização pleiteada. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Sobreveio réplica às fls. 259/269.

A substituição do polo passivo foi afastada pela decisão de fls. 279.

Laudo realizado no processo em trâmite perante a 2ª Vara Cível foi encartado a fls. 299/303. Pelo despacho de fls. 308 referido laudo passou a servir como prova emprestada.

Declarada encerrada a instrução, apenas a requerida apresentou memoriais.

Este, na síntese do que tenho como necessário, **É O RELATÓRIO.**

**DECIDO.**

A princípio cabe afastar a alegação de conexão com o processo nº 1006387-77.2014, em trâmite perante a 2ª Vara Cível local.

Nos termos do disposto no art. 55, do CPC, reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir. Como no caso o autor foi vítima de dois acidentes de trânsito que lhe causaram lesões também diversas, não há como reconhecer a ocorrência de tal fenômeno processual.

Nesse sentido:

**Ementa:** AGRAVO DE INSTRUMENTO – SEGURO



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

OBRIGATÓRIO (DPVAT) – AÇÃO DE COBRANÇA – ANTERIOR AÇÃO AJUIZADA – *DOIS ACIDENTES* DISTINTOS – *CONEXÃO* NÃO RECONHECIDA – INAPLICABILIDADE DOS ARTS. 103 E 105 DO CPC – EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO A CLÍNICA DE FISIOTERAPIA A FIM DE QUE CONFIRME A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA – IMPERTINÊNCIA – DECISÃO MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO. I- Nos termos do art. 103 do CPC, reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir. "In casu", sendo autor vítima de *dois acidentes* de trânsito ocorridos em datas *diversas* e que lhe causaram lesões também distintas, não há que se falar em *conexão* de ambas as ações ajuizadas. II- Considerando que, diante das peculiaridades do caso concreto, não há prejudicialidade em relação à instrução do feito por meio de pareceres médicos elaborados por mesmo fisioterapeuta, mormente porque haverá a necessidade, no momento processual adequado, da realização de perícia para aferir o grau de incapacidade da vítima, de rigor o indeferimento da pretensão da agravante voltada à expedição de ofício à clínica que elaborou tais pareceres (TJSP, AI 2130064-45.2015.8.26.0000, Rel. Des. Paulo Ayrosa, DJ 28/07/2015)

\*\*\*\*\*

Passo à análise do mérito.

Nesse processo, o autor busca indenização em razão do acidente automobilístico sofrido em 25/07/2012.

Disso nos dá conta o BO que segue a fls. 12/15.

Via da presente busca o pagamento de R\$ 13.500,00 previstos no art. 3º, inciso II da Lei 11.482/07.

Aos autos foi juntada cópia do laudo pericial realizado nos autos da 2ª Vara Cível local, realizado em 10/09/2015, em virtude de

**1004788-06.2014.8.26.0566 - lauda 3**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

acidente ocorrido em 20/10/2013, posterior ao discutido nesses autos (cf. fls. 299/303).

Todavia, a perícia realizada pelo IMESC apurou que “não há incapacidade para o trabalho” e “não apresenta dano contemplável pelas tabelas DPVAT/SUSEP” (textual fls. 301).

Como a Lei prevê a indenização vinculada à incapacitação em algum grau, não há como acolher o reclamo.

Assim, nada mais resta a ser deliberado.

\*\*\*\*

Ante o exposto **JULGO IMPROCEDENTE** a súplica inicial e condeno o autor nas custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 880,00, devendo ser observado o disposto no artigo 98 do CPC.

**P.R.I.**

São Carlos, 25 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**